



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em São José do Goiabal – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	11
2	Metodologia	16
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	16
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	25
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	25
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de São José do Goiabal 27	
3.1	Caracterização Geral.....	27
3.2	Análise Temática	37
3.3	Diagnóstico de Comunidades rurais próximas ao rio Doce	79
3.4	Clipping de Notícias.....	83
3.5	Textos Acadêmicos	86
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	90
4.1	Turismo	90
4.2	Cultura.....	91
4.3	Esporte e Lazer	92
5	Avaliação de Impactos	95
5.1	Metodologia	95
5.2	Resultados	114
6	Créditos e Referências	125

Entrevistados no município.....	125
Equipe Técnica.....	126
Referências	130

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	22
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	23
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	23
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce.....	24
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	24
Figura 6 Mapa de localização município de São José do Goiabal	32
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em São José do Goiabal	41
Figura 8 Salão Paroquial	53
Figura 9 EMATER-MG.....	57
Figura 10 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	60
Figura 11 União Musical Goiabense.....	67
Figura 12 Recanto Casa Branca	68
Figura 13 VI Encontro de Bandas em São José do Goiabal.....	69
Figura 14 Desfile do Grupo de Congado Chico Carapina	69
Figura 15 Ensaio do Grupo Arte e Rua	70
Figura 16 Capela do Cruzeiro.....	71

Figura 17 Apresentação do grupo Teatro a Bordo	71
Figura 18 Imagem do Senhor Bom Jesus	73
Figura 19 Túmulo do Padre Ermelindo	74
Figura 20 Recanto Casa Branca e Praça Cônego João Pio	79
Figura 21 Mapa de localização de comunidades próximas ao rio Doce em São José do Goiabal	80
Figura 22 Comunidade de Messias Gomens, em São José do Goiabal	81
Figura 23 Comunidade de Firma Araújo, em São José do Goiabal.....	82
Figura 24 Nuvem referente ao clipping de São José do Goiabal.....	85
Figura 25 Modelo de Gráfico de Radar	100
Figura 26 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	101
Figura 27 Classificação da Significância de Impactos	102
Figura 28 Localização das comunidades de Biboca, Messias Gomes e Firma Araújo em relação ao rio Doce	117

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de São José do Goiabal	36
Gráfico 2 Impactos na imagem do município.....	116
Gráfico 3 Impactos sobre comunidade - Biboca	118
Gráfico 4 Impacto na paisagem.....	119
Gráfico 5 Impacto econômico sobre o turismo	121

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	19
Tabela 2 Taxa de urbanização - São José do Goiabal e Minas Gerais (%)	28
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - São José do Goiabal e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010).....	30
Tabela 4 IDHM e seus componentes - São José do Goiabal e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	33
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de São José do Goiabal e de Minas Gerais (2010 – 2013).....	35
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – São José do Goiabal e Minas Gerais (2000 e 2010)	37
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – São José do Goiabal	39
Tabela 8 equipamentos de hospedagem.....	47
Tabela 9 Equipamentos de alimentos e bebidas	48
Tabela 10 Serviços de transporte	51
Tabela 11 Templos locais de fé em São José do Goiabal.....	54
Tabela 12 Atrativos Naturais	58
Tabela 13 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo função Cultura – São José do Goiabal (2014 e 2015)	64
Tabela 14 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – São José do Goiabal (2013-2017)...	66
Tabela 15 Valores repassados para o município, segundo o critério Patrimônio Cultural – São José do Goiabal (2014-2016).....	66
Tabela 16 Imagens de eventos do calendário cultural: Carnagoiaba e Parque montado para Cavalgada	72
Tabela 17 Clipping de notícias - São José do Goiabal	84

Tabela 18 Síntese de referências - São José do Goiabal	87
Tabela 19 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	96
Tabela 20 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais	98
Tabela 21 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	122
Tabela 22 - Listagem de participantes de reunião institucional em São José do Goiabal .	125
Tabela 23 Equipe Técnica	126

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de São José do Goiabal, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de São José do Goiabal aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de São José do Goiabal/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de São José do Goiabal. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios da área de interesse que integram a Bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O *TapSee* permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de São José do Goiabal

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

A localidade na qual se localiza São José do Goiabal foi originalmente povoada pelos índios Botocudos. Em 1854, donatários de sesmarias abandonaram a região, devido à falta de recursos para combater doenças, deixando, porém, seus escravos. Esses, por sua vez, formaram uma aldeia no local denominada Goiaba, em razão da abundância dessa fruta (IBGE, 2016).

Posteriormente, brancos retornaram à localidade em função da fertilidade de suas terras, destacando-se Manoel Ribeiro da Torre Júnior, Francisco Ribeiro e Manoel Lúcio de Moraes. Com a chegada dos mesmos, a população negra foi oprimida e deu-se início a um processo de expansão da atividade agropecuária. À época, começaram a surgir, também, atividades de comércio e artesanato (IBGE, 2016).

A partir da construção da Igreja em homenagem a São José, deu-se origem à denominação São José do Goiabal. Pertencente ao município de São Domingos do Prata, o distrito de São José do Goiabal foi criado em 08 de outubro de 1929, pela Lei nº 1.085. Já em 12 de dezembro de 1953, transformou-se em município com a Lei nº 1.039, sendo instalado como tal em 1º de janeiro de 1954 (IBGE, 2016).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

O município de São José do Goiabal possui área de 184,511 km², fazendo parte da Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e da Microrregião de Itabira. Sua temperatura média é de 21°C (ATLAS BRASIL, 2016).

Os municípios limítrofes são: Dionísio, Rio Casca, São Domingos do Prata e São Pedro dos Ferros. São José do Goiabal é constituído somente por sua sede (IBGE, 2016; MINAS GERAIS, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, estima-se a população de São José do Goiabal em 2016 era de 5.653 pessoas e sua densidade demográfica de 30,55 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de São José do Goiabal foi de -0,29%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município novamente registrou valor negativo, sendo este de -0,64%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 57,4%, em 2000, ascendeu em 10 anos, passando para 65,45%, em 2010. Valor mais elevado pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 2 Taxa de urbanização - São José do Goiabal e Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
São José do Goiabal	População urbana	53,24	57,40	65,45
	População rural	46,76	42,60	34,55
Minas Gerais				
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de São José do Goiabal era composta por 48,47% de homens e 51,53% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, não observando-se, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de São José do Goiabal, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 29,4%, em 1991, para 15,3%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

O percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (6,7%, em 1991, para 16%, em 2010), por sua vez, é inferior ao encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Ademais, observa-se que, em 2010, 5,3% da população de São José do Goiabal possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de São José do Goiabal possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em São José do Goiabal, no ano 2000, a razão de dependência foi de 61,23%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 49,77%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 10,95% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - São José do Goiabal e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

		1991	2000	2010
São José do Goiabal	Razão de dependência	75,28%	61,23%	49,77%
	Taxa de envelhecimento	6,11%	8,29%	10,95%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Identifica-se, assim, haver diferenças entre os valores atribuídos a São José do Goiabal e o estado, tanto naquilo que se refere à razão de dependência, quanto à taxa de envelhecimento.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O principal acesso à São José do Goiabal se dá pela via terrestre.

O município é atendido pela MG-320⁸, situando-se a 184 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Ponte Nova (77 Km) e Ipatinga (82 Km). Estradas vicinais ligam o município a localidades rurais adjacentes. O transporte intermunicipal é realizado principalmente pelas empresas Companhia Transprata e Viação São Roque (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

Já o acesso ao meio ferroviário se dá no município de Nova Era, enquanto o Aeroporto da USIMINAS, em Ipatinga, constitui-se na opção mais próxima (PRÁXIS, 2016).

8 A MG-320 se liga à BR-262 (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que São José do Goiabal conta com a empresa Claro como a principal operadora de serviços de telefonia e internet móveis.

A figura a seguir aponta à localização e as principais vias de acesso ao município de São José do Goiabal.

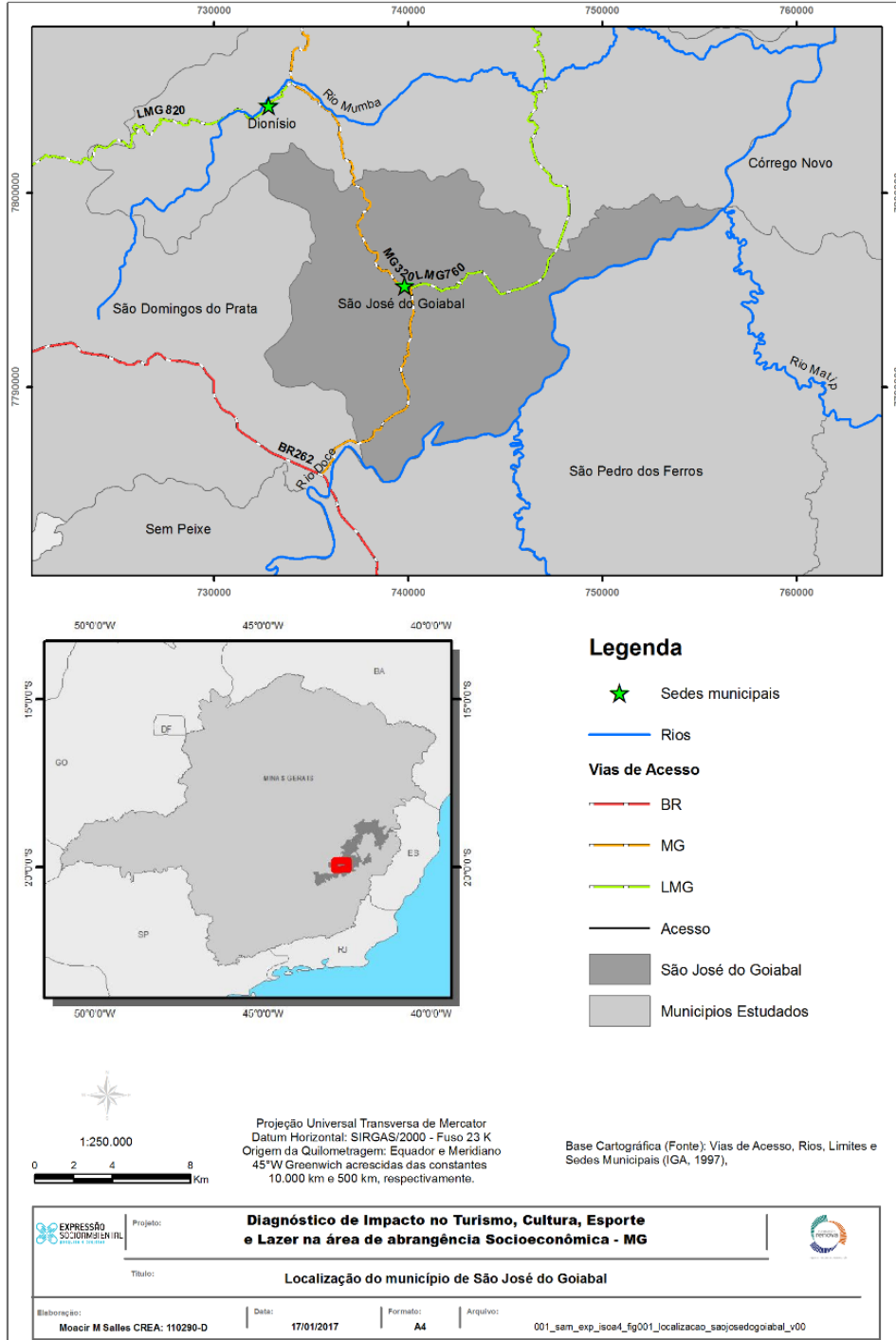


Figura 6 Mapa de localização município de São José do Goiabal

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de São José do Goiabal, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,293 do IDHM total, 0,170 do IDHM longevidade, 0,147 no IDHM renda e 0,395 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - São José do Goiabal e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
São José do Goiabal	0,373	0,545	0,666	0,644	0,742	0,814	0,510	0,544	0,657	0,158	0,402	0,553
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de São José do Goiabal foi de 0,666 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,158 para 0,553. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo alcançado 0,814 pontos em 2010 e, portanto, posicionando-se próximo ao patamar verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de São José do Goiabal manteve-se constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macro estrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a São José do Goiabal, é possível identificar que o PIB do município apresentou comportamento ascendente no período de 2011 a 2013, passando de 5,3%, entre 2010 e 2011, para 6,6%, entre 2011 e 2012. Já entre 2012 e 2013, verificou-se crescimento de 7,7% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 6,53% no período 2011-2013, sendo esta superior a do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de São José do Goiabal cresceu mais que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de São José do Goiabal e de Minas Gerais (2010 – 2013)

Localidade	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
São José do Goiabal	42.982	5,3	45.811	6,6	49.352	7,7
Minas Gerais	619.103	7,0	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua baixa evolução no período, sendo de R\$7.239,91, em 2010, e R\$8.632,45, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135), embora não de modo significativo (PRÁXIS, 2016).

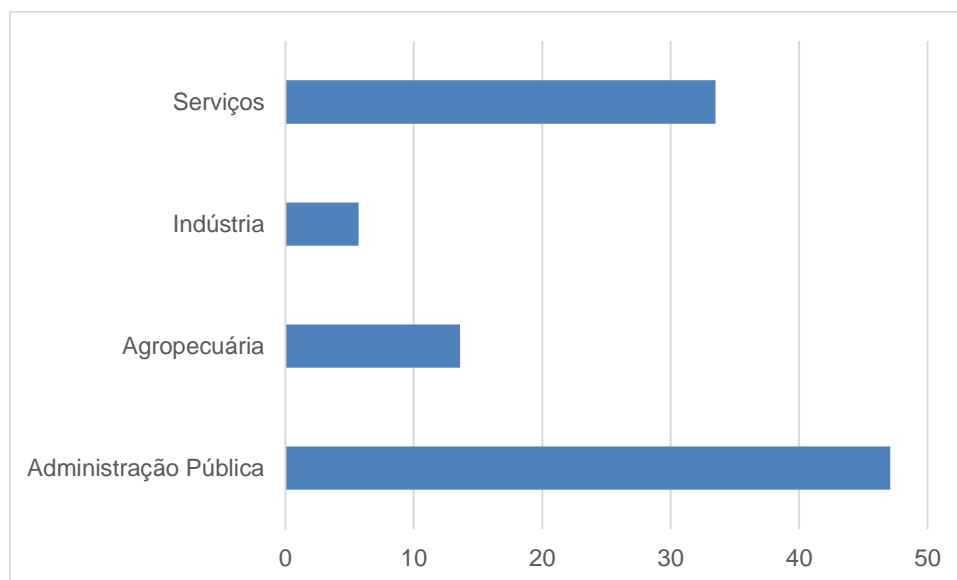
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de São José do Goiabal encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 47,1% e 33,5%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de São José do Goiabal



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 13,6% e 5,7%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Observa-se, portanto, diferença significativa, especialmente naquilo que se refere ao setor industrial (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de São José do Goiabal possuía 1.988 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 2.316 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – São José do Goiabal e Minas Gerais (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
São José do Goiabal	1.988	2.316
Minas Gerais	5.058.328	6.806.149

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 86 empregos em 19 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 256 pessoas em 2 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística, identificou-se que São José do Goiabal conta com Lei Orgânica, sendo esta de 14 de maio de 2003.

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de São José do Goiabal. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁹. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de São José do Goiabal para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em São José do Goiabal, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar em São José do Goiabal 46 bens, serviços e atrativos.

⁹ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – São José do Goiabal

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	27
Equipamento de hospedagem	2
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	11
Transporte	4
Locais/templos de manifestação de fé	7
Serviços e equipamentos para eventos	1
Outro serviço e equipamento turístico	2
Equipamentos Culturais	4
Meios de Comunicação	1
Equipamentos Culturais	3
Equipamentos de Esporte e Lazer	5
Equipamentos de Esporte e Lazer	5
Atrativos	8
Atrativo natural	2
Atrativo cultural	6
Diversidade Cultural	2
Grupos Culturais	2
Calendário Cultural	2
Gastronomia	0
Total	46

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

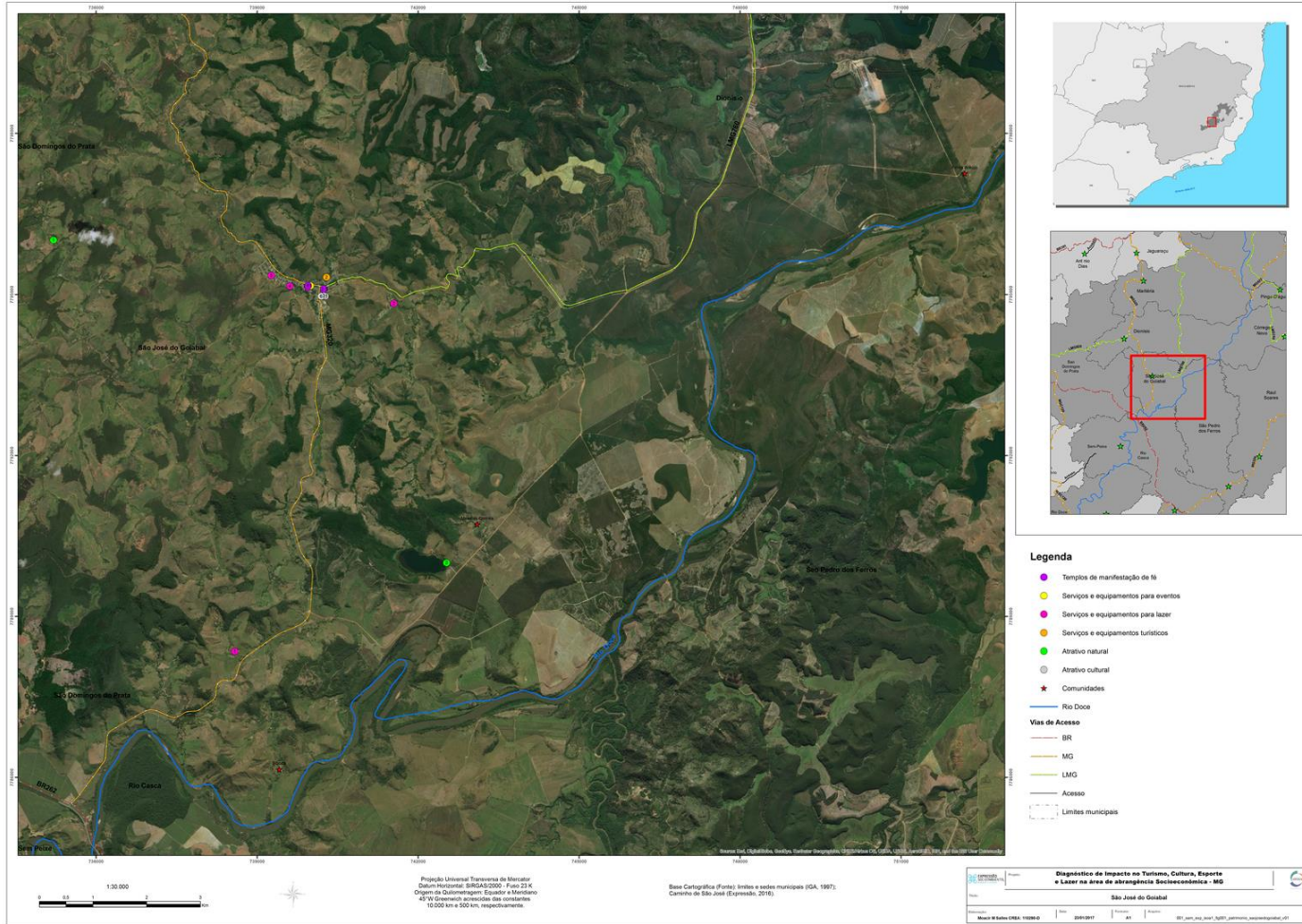


Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em São José do Goiabal

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

As diretrizes nacionais do turismo dispõem que os municípios demandam um aparato institucional para constituir seu sistema turístico, que deve envolver um órgão específico para o setor, Conselho, Fundo e Plano, além da participação no programa de regionalização do ICMS turístico, esta última prerrogativa específica de Minas Gerais. O Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2013), avalia, entre outras variáveis, a “Organização Turística do Município¹⁰”. Este indicador se

10 O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa

refere à participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor. Em 2009, quando o “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, São José do Goiabal ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época, apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas.

Em São José do Goiabal o órgão responsável pela gestão das políticas públicas de turismo é o Departamento de Cultura, Turismo, Espote e Lazer. De acordo com o gestor público entrevistado, o município não possui Plano Municipal de Turismo, a principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento da política de turismo local. Este deve ser elaborado com a participação da sociedade civil a fim de contemplar as demandas da comunidade, dos empresários e demais organizações, que sejam direta ou indiretamente envolvidas com a atividade turística.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, o PMT possui horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, devendo ser reelaborado com base em mudanças no cenário socioeconômico e cultural do município, de modo a definir adequadas estratégias para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;

estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

- Promover o município como destino qualificado.

São José do Goiabal também não possui sistema de informações e indicadores para planejar, monitorar e avaliar a gestão da política de turismo.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

São José do Goiabal não possui Conselho Municipal de Turismo – COMTUR. De acordo com a SETUR/MG (2014), o COMTUR é capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial à gestão participativa. Nesse sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima. Desse modo, considera-se ser este o principal mecanismo de participação e controle social nas decisões sobre os rumos da atividade turística do município, inclusive na elaboração do PMT.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

São José do Goiabal não possui Fundo Municipal de Turismo, importante instrumento de financiamento da política de turismo, que prevê, em geral, mecanismos de captação de recursos para a viabilização de projetos e ações. O gestor da pasta informou não haver dotação orçamentária destinada à política de turismo, bem como legislação de incentivo ao setor, o que poderia auxiliar em seu desenvolvimento no nível local.

Em 2013, os gastos orçamentários de São José do Goiabal na Subfunção Turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal, mesmo percentual registrado em 2009. Esses dados são relativos à mensuração do esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo”¹¹ (FJP, 2013).

11 O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

São José do Goiabal participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, integra a política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs), principal instrumento de gestão estadual, por meio do qual os municípios podem se inserir na regionalização do turismo.

São José do Goiabal está inserido no Circuito Turístico Montanhas e Fé “que abriga um conjunto de onze municípios da região da Zona da Mata, Norte do Estado de Minas Gerais, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se uniram para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, consolidando uma identidade regional”, segundo o sítio institucional do referido Circuito¹².

Porém, o município não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo que visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasses mensais condicionados à formatação/implantação, por parte dos mesmos de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

São José do Goiabal já possuía Inventário de Oferta Turística, tendo sido necessário atualizar as informações já existentes durante o trabalho realizado pela Expressão Socioambiental, entre os meses de novembro e dezembro de 2016.

recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo (FJP, 2013).

12 http://www.montanhasefe.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=102&Itemid=169

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Tomando por base tal definição, foram inventariados dois meios de hospedagem em São José do Goiabal. Somando a infraestrutura desses equipamentos, a cidade conta com 36 unidades habitacionais e um total de 90 leitos. São eles:

- Hotel Fazenda Barra Alegre;
- Hotel Central Fênix.

Tabela 8 equipamentos de hospedagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram inventariados e/ou atualizados dez estabelecimentos/empreendimentos que prestam serviços remunerados em São José do Goiabal. São eles:

- Bar do Luizinho;
- Pastelaria do Tilau;
- Açougue e Lanchonete Pessoa;
- Pizzaria Nova Canaã;
- Padaria São Geraldo;
- Restaurante e Lanchonete Grill;
- Padaria & Confeitaria Art Pão;
- Di & Ju Cantinho Mineiro;
- Lanchonete Aguida;
- Lanchonete e Espetinho JB.

Tabela 9 Equipamentos de alimentos e bebidas





Açougue e lanchonete Pessoa



Pizzaria Nova Canaã



Padaria São Geraldo



Restaurante e Lanchonete Grill





Padaria & Confeitaria Art Pão



Di e Ju Cantinho Mineiro



Lanchonete Aguida



Lanchonete e Espetinho JB



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

Durante o levantamento de campo realizado em São José do Goiabal em 2016 foram inventariados quatro taxistas como prestadores de serviços para transporte turístico. São eles:

- Sr. Anelino Gricerio;
- Sr. Claudomiro Leandro Duarte;
- Sr. José Antônio Rodrigues;
- Sr. Gilberto Malaquias de Souza Bruno.

Tabela 10 Serviços de transporte

Táxi Sr. Anelino Gricerio	Táxi Sr. Claudomiro Leandro Duarte
	



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.4 Agências de Turismo

Não foram identificadas agências de turismo no município de São José do Goiabal.

3.2.1.2.5 Espaço para Eventos

Naquilo que se refere aos espaços para eventos, tais como congressos, convenções, exposição, feiras e shows, identificou-se apenas um no município, sendo ele o Salão Paroquial de São José do Goiabal.



Figura 8 Salão Paroquial

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.6 Locais e Templos de Fé/Edificações

O trabalho de atualização do INVTUR possibilitou inventariar dez locais e/ou templos de fé/edificações em São José do Goiabal. São eles:

- Capela Nossa Senhora Aparecida (Bairro Biboca);
- Capela Nossa Senhora Aparecida (Bairro Messias Gomes);
- Congregação Cristã no Brasil;
- Santuário Nacional Bom Jesus;
- Igreja Pentecostal Coluna de Fogo é Para Marchar;
- Paróquia de São José;
- Igreja Pentecostal Deus é Amor;
- Assembleia de Deus;
- Igreja do Evangelho Quadrangular;
- Igreja Batista Missionária.

Tabela 11 Templos locais de fé em São José do Goiabal

Capela Nossa Senhora Aparecida(bairro biboca)



Capela Nossa Senhora Aparecida(bairro Messias Gomes)



Congregação Cristã no Brasil



Santuário Nacional do Bom Jesus





Igreja Pentecostal Coluna de Fogo é para marchar



Paróquia de São José



Igreja Pentecostal Deus é Amor



Assembleia de Deus





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, esses locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé que abrigam.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela União, esses templos são importantes lugares de práticas culturais, pelo viés da diversidade religiosa em São José do Goiabal. Também abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imaginária, telas, indumentárias, decorações, mobiliário e objetos de culto.

3.2.1.2.7 Outros Serviços e Equipamentos Turísticos

O levantamento de campo realizado em São José do Goiabal permitiu inventariar a empresa EMATER-MG enquanto outros serviços e equipamentos turísticos, isto é, local passível de ser utilizado para fins turísticos, ainda que este não seja seu objetivo principal.



Figura 9 EMATER-MG

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.8 Atrativos Naturais

Durante o levantamento de campo, foram inventariados em São José do Goiabal os seguintes atrativos naturais:

- Lagoa Luiz Carlos: lagoa natural ao redor da qual se instalou uma comunidade. É usada para pesca amadora, banho, natação e visitação. O acesso é livre;
- Cachoeira da Usina: localizada em uma propriedade particular, na fazenda da antiga usina, a 8 km da sede do município, de livre acesso para banho, piquenique, caminhadas e demais atividades de lazer.

Tabela 12 Atrativos Naturais

Lagoa Luiz Carlos	Cachoeira da Usina
	

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A Figura 10 traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.

Figura 10 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura



Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação aos municípios, 2012

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de São José do Goiabal, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social; espaços e equipamentos; diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política pública de cultura em São José do Goiabal é atribuição do Departamento Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, órgão que acumula entre as suas funções a gestão de quatro distintas políticas setoriais.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹³, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura, articulando ações conjuntas entre os vários atores do campo cultural.

De acordo com o gestor entrevistado, o município já deu início ao processo de adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Todavia, os dados oficiais do Ministério da Cultura, de setembro de 2016, indicam que São José do Goiabal ainda não assinou o Acordo de Cooperação Federativa, que objetiva o estabelecimento das condições e a prestação de orientações acerca da instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC. Nesse sentido, entre as várias competências municipais, está a criação do Fundo Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Cultura, bem como a elaboração do Plano Municipal de Cultura. Até o momento, porém, São José do Goiabal não instituiu o Sistema Municipal de Cultura e tampouco elaborou o Plano Municipal de Cultura.

Quanto às ações realizadas pela municipalidade na área cultural realça-se que, em geral, são pontuais ou focadas na realização de eventos. A partir da análise dos dados constantes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014¹⁴, realizada pelo IBGE, pode-se perceber que não são realizados no município projetos contínuos, tendo sido citada apenas a implementação de um calendário cultural, o apoio da prefeitura a

13 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”

14 A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

eventos e festas locais e a oferta em 2014 de cursos na área de patrimônio, conservação e restauração.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

No que se refere à participação da sociedade civil na política cultural, os dados levantados na pesquisa de campo realizada pela Expressão Socioambiental em 2016, indicam que São José do Goiabal não possui Conselho Municipal de Política Cultural.

Todavia, o município conta com Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, instituído pela Lei nº 895/2006. O referido órgão possui caráter deliberativo e é composto por sete membros, sendo a maioria de representação governamental.

São José do Goiabal já realizou duas conferências municipais de cultura, em 2014 e 2015, em parceria com outros municípios da região, especialmente Ponte Nova, na chamada Conferência Intermunicipal de Cultura da Região do Circuito Turístico Montanhas e Fé.

O município também participou de conferências estaduais de cultura, segundo o gestor entrevistado. Quanto às conferências nacionais, nos documentos oficiais do Ministério da Cultura constam a presença de representantes do município na 2ª e na 3ª Conferência Nacional de Cultura.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

São José do Goiabal não possui Fundo Municipal de Cultura, mas dispõe de Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural – FUMPAC -, instituído pela Lei nº 863/2005 e regulamentado pela Lei nº 001/2010. O FUMPAC tem a “finalidade de financiar as ações de preservação e conservação do patrimônio cultural material e imaterial protegido”. Uma das destinações do Fundo é a participação do município no Circuito Vieira Servas¹⁵.

15 De acordo com informações do site do projeto: O “Circuito Cultural Vieira Servas” é uma iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade (FRMFA), em parceria com a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Piracicaba (AMEPI), formulada a

Todavia, a falta de recursos para o financiamento das práticas culturais foi, inclusive, uma das principais dificuldades apontadas no Diagnóstico Rápido Participativo – DRP Cultural¹⁶ do município, realizado em 2014. Àquela época, os participantes do diagnóstico informaram a falta de apoio para os grupos culturais - uniforme, transporte, instrumentos musicais - e de patrocínio regular e permanente, que garantisse a sustentabilidade e continuidade das manifestações artísticas locais.

Quanto às empresas instaladas na região, as potenciais patrocinadoras mencionadas foram Arcelor Mittal Bioflorestas e PP Empreendimentos. O comércio local é de pequeno porte, mas também apoia eventos tradicionais da cidade com recursos próprios.

Os recursos do orçamento municipal destinados à cultura estão expressos na Tabela 15, a seguir, segundo a função e o tipo de despesa, nos anos de 2014 e 2015.

Primeiramente pode-se observar que houve queda nas despesas com a função Cultura entre os anos 2014 e 2015, que passaram de 4% dos gastos da Prefeitura em 2014 para menos de 2% em 2015.

Em segundo, vê-se que a maior parte dos recursos, nos dois anos, foi destinada ao subitem apoio a festividades tradicionais locais regionais, que contempla rubricas de pagamento de estrutura, logística e cachês para shows e eventos. Em 2014, tal item foi responsável por 76,6% dos gastos liquidados na função Cultura, ao passo que em 2015 foi reduzido para 50,4% do total, mantendo-se, porém, como o maior gasto realizado (neste ano houve

partir de demandas de estruturação de um circuito cultural, apresentadas por gestores públicos e representantes da sociedade civil por ocasião de diversos contatos e articulações realizados junto às administrações locais, conselhos de cultura e patrimônio, entidades da sociedade civil e grupos culturais, em 2012 (ver: <https://www.ufmg.br/vieiraservas/apresentacao/>).

¹⁶ No final do ano de 2014, foi realizado um Diagnóstico Rápido Participativo – DRP no município de São José do Goiabal, no contexto do Curso de Capacitação de Gestores Culturais, financiado pela empresa Arcelor Mittal Bioflorestas e coordenado por Marcelo Santos. Participaram de sua elaboração artistas, produtores e gestores culturais da região. Tal documento será usado como referência para a análise que se segue, ademais dos dados coletados em campo e dados secundários levantados durante a elaboração do presente diagnóstico.

também o item Patrocínio a eventos culturais, o que somaria outros 11,5% ao valor gasto com eventos, chegando a 62% do total investido).

O restante dos recursos, nos dois anos, foi dividido entre a manutenção da biblioteca pública municipal, a manutenção dos serviços de cultura e a manutenção de sinais de repetição de canais de TV.

É fundamental destacar que tem sido comum encontrar nos municípios do interior a destinação da maior parte dos recursos da cultura para a promoção de festas e eventos, com grande enfoque na realização de grandes shows, que envolvem pagamentos expressivos a artistas de renome nacional.

Tal perfil pode ser considerado desfavorável dentro dos conceitos da atual política cultural e dentro das prioridades do Sistema Nacional de Cultura, considerando que se restringe à realização de grandes eventos de massa e subtrai a possibilidade de realização de atividades voltadas para as outras prioridades da Política Nacional de Cultura, entre elas a valorização das culturas locais e populares, o incentivo à diversidade cultural, a manutenção e apoio a grupos e artistas locais, a formação artística e cultural, a restauração e proteção do patrimônio material e imaterial, entre várias outras.

Tabela 13 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo função Cultura – São José do Goiabal (2014 e 2015)

Item / descritivo	Ano	
	2014	2015
Despesa total Prefeitura (valor atualizado)	15.892.000,00	14.712.000,00
Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)	11.370.610,17	11.265.750,88
Despesa total com a função Cultura (valor executado e liquidado)	478.636,59	225.111,55
Subitem Apoio a festividades tradicionais locais regionais	367.280,82	113.393,36

Subitem Manutenção da biblioteca pública municipal	65.777,96	41.971,09
Subitem Manutenção dos serviços de repetição dos sinais de TV	8.688,00	8.688,00
Subitem Manutenção dos serviços de cultura	36.909,81	35.187,00
Subitem Patrocínio a eventos culturais	-	25.872,10

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016

O município de São José do Goiabal vinha participando nos últimos anos da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹⁷, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade.

Entretanto, não apresentou documentação no exercício 2017, o que vai impactar diretamente no repasse de recursos para o município. Nesse quesito, conforme pode ser visto nas tabelas a seguir, o município tinha obtido pontuação 3,55 para o exercício 2015, o que significou um montante anual de mais de R\$ 71 mil em decorrência do critério Patrimônio Cultural na cota-parte do ICMS repassado ao município.

Em 2016 tal valor já havia sofrido queda significativa, provavelmente em razão do não investimento e da ausência de comprovação de realização de ações obrigatórias, conforme previstas na política de patrimônio cultural do Estado.

17 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

Tabela 14 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – São José do Goiabal (2013-2017)

Município	ICMS exercício 2013	ICMS exercício 2015	ICMS exercício 2017
São José do Goiabal	6,36	3,55	SI

Fonte: IEPHA, 2016

Tabela 15 Valores repassados para o município, segundo o critério Patrimônio Cultural – São José do Goiabal (2014-2016)

Municípios	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016*
São José do Goiabal	805,04	71.439,70	49.188,12

Fonte: FJP, 2016.

*O valor de 2016 não contém o valor repassado no mês de dezembro.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural de São José do Goiabal se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura. Nesse sentido, dados do IMRS de 2013 revelam que a localidade, juntamente com 72,6% dos municípios do estado, não apresentava pluralidade de equipamentos culturais.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

São José do Goiabal não dispõe de espaços adequados à difusão e à fruição de manifestações artísticas, tais como teatro, sala de espetáculo ou cinema, necessários para abrigar produções locais e externas.

3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

São José do Goiabal conta com a Biblioteca Pública Ana Carolina de Castro, importante equipamento cultural de difusão da informação e do conhecimento. Porém, nenhum museu

foi identificado para fruição e valorização da arte e do patrimônio local. Já o DRP (2014) indica a existência de espaço para instalação de circo no município.

3.2.2.2.3 Atrativos Culturais

São José do Goiabal dispõe de alguns espaços dotados de infraestrutura de lazer e entretenimento, que se constituem em importantes referências espaciais e se consolidaram como pontos de encontro da comunidade para recreação, lazer, festas e realização de atividades culturais diversificadas. São eles:

- Obras de Arte: Imagem do Senhor de Bom Jesus;
- Festas e celebrações: Cavalgada de São José do Goiabal;
- Festas e Celebrações: CarnaGoiaba;
- Músicas e Danças: União Musical Goiabense;
- Festas e Celebrações: Grupo de Congado Nossa Senhora do Rosário (Congado Chico Carapina);
- Edificações: Túmulo do Padre Ermelinda;
- Edificações: Recanto Casa Branca.



Figura 11 União Musical Goiabense

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 12 Recanto Casa Branca

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

As informações disponíveis na MUNIC 2014 apontam a presença de atividades artesanais em São José do Goiabal – principalmente nas áreas do bordado, madeira e materiais reciclados. Além disso, foi apontada a presença de artistas e grupos de teatro, dança, música – orquestra, banda e coral –, artes visuais, blocos carnavalescos e manifestações populares.

Dados do DRP (2014) reforçam a informação acerca da existência de artistas locais nas áreas de teatro, capoeira e grupos musicais, especialmente de chorinho.

As principais instituições atuantes na cultura local são o Congado Nossa Senhora do Rosário e a União Musical Goiabalense, fundada em 1989, que oferece, além de apresentações, aulas de música, em diversas modalidades, organizando encontros de bandas.



Figura 13 VI Encontro de Bandas em São José do Goiabal

Fonte: <http://gerais.info/?p=1705>

Já o Grupo de Congado Chico Carapina tem mais de 90 anos de existência e é um dos bens culturais inventariados no município.



Figura 14 Desfile do Grupo de Congado Chico Carapina

Fonte: <http://gerais.info/?p=1705>

Em 2009, foi formado um grupo de teatro, o Grupo Arte e Rua, a partir do projeto Rede Teia e das oficinas oferecidas pelo Núcleo de Investigação Teatral do Grupo Teatro Kabana.

Atualmente, o grupo conta com 20 integrantes, com idade entre 10 e 50 anos, todos moradores de São José do Goiabal.



Figura 15 Ensaio do Grupo Arte e Rua

Fonte: goo.gl/9Pn07L

Destaca-se, ainda, que a religiosidade é um elemento forte na cultura local, representada não apenas pelas festas tradicionais e romarias, como apresentado a seguir, mas também pela devoção a três padres¹⁸ que marcaram a história regional. Por tal característica o município se insere no Circuito Turístico Montanhas e Fé e na chamada Rota dos Milagres. De acordo com o site Descubraminas, o referido Circuito é “um roteiro de fé e de aventura que liga os caminhos e os locais que fazem referência aos três padres, percorrendo lugares de natureza singular e rico patrimônio cultural”.

¹⁸ São eles: Padre Antônio Ribeiro Pinto, Padre Francisco Ermelindo Ribeiro e Padre Manoel Moreira de Abreu.



Figura 16 Capela do Cruzeiro

Fonte: http://gerais.info/?attachment_id=1769

Na área da formação artística e cultural, as principais ações existentes, segundo o DRP Cultural de 2014, são cursos nas modalidades de música (violão, teclado, bateria e flauta doce), artesanato (bordado, pintura e crochê), teatro e capoeira.

O município recebe, além de apresentações artísticas, oficinas e atividades formativas, através da Arcelor Mittal Bioflorestas que patrocina projetos da iniciativa privada, aprovados nas leis de incentivo à cultura de âmbito estadual ou federal.



Figura 17 Apresentação do grupo Teatro a Bordo

Fonte: <http://teatroabordo.com.br/gallery/sao-jose-do-goiabalmg-08-de-junho/>

3.2.2.4 Calendário Cultural

Foram identificados como os principais eventos de São José do Goiabal:

- Fevereiro: CarnaGoiaba, que traz shows desde o ano de 2007;
- Março: Encontro de Cavaleiros;
- Junho: Festa Junina;
- Julho: Cavalgada de São José do Goiabal, que ocorre desde 1986, contando com concurso de marcha de equinos e muars, além de shows;
- Setembro: Jubileu do Senhor Bom Jesus, que acontece junto à Festa dos Romeiros do Padre Ermelindo;
- Dezembro: aniversário da cidade.

Tabela 16 Imagens de eventos do calendário cultural: Carnagoiaba e Parque montado para Cavalgada



Fonte: <http://gerais.info/?p=1705> e Facebook

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

O IMRS considera a legislação de proteção do patrimônio, material e imaterial, um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir um passo importante para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural como um todo.

São José do Goiabal possui legislação de proteção ao patrimônio cultural de natureza material e imaterial, sendo esta a Lei Municipal nº 862/2005, que estabeleceu normas de proteção do patrimônio cultural do município. A referida Lei autorizou o Poder Executivo a instituir o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMPAC, atendendo ao disposto no Artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

Diante disso, verificou-se que a relação de bens tombados em São José do Goiabal é:

- Túmulo do Padre Ermelindo: datado de 1968 e está situado no Cemitério Municipal. Tombado pelo Decreto Municipal nº 17/2010 “por seu valor histórico, religioso e cultural”. É frequentado para homenagens e manifestações de fé;
- Imagem de Nosso Senhor Bom Jesus: datada de 1960, situa-se na Igreja Matriz de São José, sendo muito procurada para orações. Tombada pelo Decreto nº 46/2011 “por seu valor histórico, religioso e cultural”.



Figura 18 Imagem do Senhor Bom Jesus

Fonte: http://gerais.info/?attachment_id=1775



Figura 19 Túmulo do Padre Ermelindo

Fonte: http://gerais.info/?attachment_id=1775

3.2.2.6 Educação Patrimonial

Durante o levantamento de campo, o gestor cultural entrevistado sinalizou que São José do Goiabal tem desenvolvido projetos culturais, entre os quais encontram-se o Projeto Goiabal Canta e Encanta e o Projeto Goiabal de Volta ao Passado. Porém, uma vez que o município não participou do ICMS Cultural, exercício 2017, não foram identificadas ações de educação patrimonial.

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já

existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de São José do Goiabal, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política municipal de esporte e lazer em São José do Goiabal é atribuição do Departamento de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Todavia, à época da realização do levantamento de campo, verificou-se não haver nenhum gestor ou técnico para responder as questões da pesquisa. Além disso, não foi possível obter informações sobre as leis municipais inerentes ao setor, uma vez que o sítio eletrônico da prefeitura não as disponibiliza.

Desse modo, as análises que se seguem baseiam-se em dados e informações obtidos em levantamentos procedidos na Secretaria de Estado de Esportes, na Fundação João Pinheiro e no INVTUR atualizado, em 2016, pela Expressão Socioambiental.

Embora a Política Nacional do Esporte assinala a importância de se “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, não foram encontradas informações acerca da elaboração de Plano Municipal de Esporte e Lazer em São José do Goiabal.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Em pesquisa realizada junto à Secretaria de Estado de Esportes, constatou-se a existência de Conselho Municipal de Esporte em São José do Goiabal. O Conselho foi instituído por meio da Lei nº 979, de 24 de Dezembro de 2009, encontrando-se inativo.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Durante o levantamento realizado em campo, não obteve-se dados sobre a existência de Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer ou de legislação municipal de incentivo ao Esporte e/ou Lazer em São José do Goiabal. Ademais, não identificou-se existência de dotação orçamentária específica destinada às políticas desses setores, bem como acerca dos mecanismos utilizados pela prefeitura para fomentar e apoiar iniciativas dos mesmos.

A consulta aos dados relativos ao indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer¹⁹” do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS Esporte e Lazer possibilita notar que “em 2013 os gastos orçamentários de São José do Goiabal nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram, conforme indicado as prestações de contas anuais, 0% do total do orçamento municipal”. Em 2009, esse percentual era de 0,2%, apresentando uma supressão de 0,2% no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013 (FJP, 2013).

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

De acordo com levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, verificou-se que São José do Goiabal tem participação efetiva nos Jogos Escolares de Minas Gerais. Em 2015, a Federação Mineira de Xadrez teve projeto aprovado pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual, no Edital 01/2015. O projeto Mentres Brilhantes seria desenvolvido em oito municípios, entre eles São José do Goiabal. Porém, a instituição proponente desistiu da captação e o projeto não foi realizado.

Não foi possível levantar as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município.

Em análise do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário – Critério Esportes (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei 18.030/2009), ano base 2015, observou-se que São José do Goiabal não participa deste processo, visto que o Conselho Municipal encontra-se cadastrado, porém, inativo. O ICMS Esportivo é um programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a

¹⁹ O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município (FJP, 2013).

organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte (MINAS GERAIS, 2016).

Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base, ano civil imediatamente anterior ao de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

Dados do indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte²⁰”, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS de Esporte e Lazer, apontam que “São José do Goiabal, estava entre os 474 municípios de Minas que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013).

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

São José do Goiabal dispõe de poucos espaços dotados de infraestrutura de lazer e entretenimento, sendo estes equipamentos que representam importantes referências espaciais e se consolidaram como pontos de encontro da comunidade para recreação, lazer, festas e realização de atividades culturais diversificadas. São eles:

- Recanto Casa Branca;
- Praça Cônego João Pio, pavimentada, com jardineiras arborizadas, que servem de bancos coletivos. O coreto é onde acontecem apresentações artísticas.

²⁰ O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais (FJP, 2013).



Figura 20 Recanto Casa Branca e Praça Cônego João Pio

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

3.3 Diagnóstico de Comunidades rurais próximas ao rio Doce

Durante o levantamento de campo, foram identificadas três comunidades rurais situadas próximas ao rio Doce em São José do Goiabal, a saber: Messias Gomes, Firma Araújo e Biboca. A localização dessas comunidades está representada pelo mapa, a seguir.

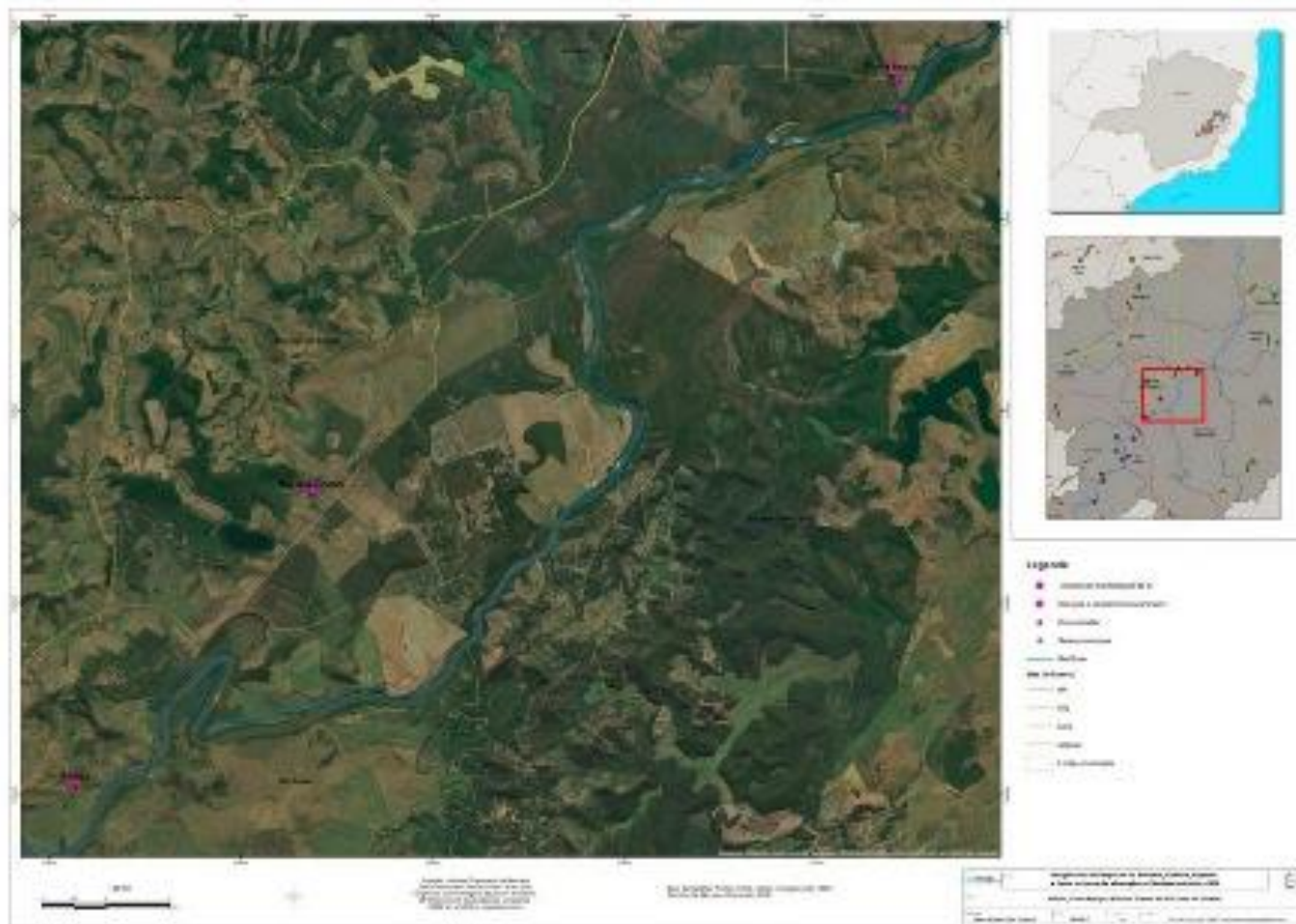


Figura 21 Mapa de localização de comunidades próximas ao rio Doce em São José do Goiabal

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

3.3.1 Messias Gomes

A comunidade Messias Gomes, pertencente ao município de São Jose do Goiabal, pode ser acessada por estrada de terra não pavimentada, destacando-se que esta se encontra sem condições de uso.

Messias Gomes localiza-se a 450 metros da calha do rio Doce, que se constitui em parte marcante do cotidiano da comunidade. Seus moradores utilizam o referido rio para a pesca profissional e atividades de lazer.

Entre os equipamentos que propiciam a diversificação das atividades de lazer, a comunidade conta com campo de futebol, que se encontra em más condições de uso.

Durante o levantamento de campo os entrevistados apontaram não haver manifestações culturais ou celebrações em Messias Gomes.



Figura 22 Comunidade de Messias Gomens, em São José do Goiabal

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.3.2 Firma Araújo

A comunidade Firma Araújo, pertencente ao município de São Jose do Goiabal, localiza-se a 300 metros em linha reta da calha do rio Doce. O referido rio é, portanto, parte marcante do cotidiano da comunidade, tendo em vista seu uso para atividades de lazer e pesca.

As entrevistas realizadas em campo permitiram constatar que a comunidade não conta com atividades de cunho turístico.

Naquilo que se refere às atividades de lazer, verifica-se a recepção de amigos e familiares por parte dos moradores da comunidade para nadarem nas praias do rio Doce. Entre os equipamentos que propiciam a diversificação das atividades de lazer, a comunidade conta com campo de futebol.

Ademais, observa-se a existência de uma associação de moradores. Contudo, durante o levantamento de campo os entrevistados apontaram não haver manifestações culturais ou celebrações em Firma Araújo.



Figura 23 Comunidade de Firma Araújo, em São José do Goiabal

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.3.3 Biboca

A comunidade do Biboca, pertencente ao município de São Jose do Goiabal, localiza-se a 450 metros em linha reta da calha do rio Doce. Diante disso, verifica-se que o referido rio é parte marcante do cotidiano da comunidade, tendo em vista seu uso para práticas de lazer, sobretudo nado, e pesca, sendo as mesmas consideradas como atrativos turísticos.

Naquilo que se refere às atividades de lazer, nota-se a recepção de amigos e familiares por parte dos moradores da comunidade para nadarem no rio Doce. Entre os equipamentos que propiciam a diversificação das atividades de lazer, observa-se que a comunidade conta com campo de futebol.

Os entrevistados durante o levantamento de campo apontaram, ainda, ser comum festejarem a festa da Nossa Senhora do Rosário.

3.4 Clipping de Notícias

O *clipping* de notícias foi realizado no principal sítio de busca da *internet*, o *google*²¹, a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao evento e por ordem de relevância²². As taxonomias utilizadas foram: I) São José do Goiabal E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) São José do Goiabal E barragem.

Para São José do Goiabal, a utilização da taxonomia I não gerou resultados, enquanto poucas notícias foram encontradas com a II. A tabela abaixo apresenta a compilação amostral das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município.

21 goo.gl/46bXSx

22 O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 12/12/2016.

Tabela 17 Clipping de notícias - São José do Goiabal

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Municípios atingidos por lama terão mais de 2 milhões do governo federal	05/04/16	G1	goo.gl/rvNvJv	Nacional	Negativo
Bacia do Rio Doce tem trechos sem vida após tragédia, diz estudo	09/11/16	Metro BH	goo.gl/TQA1WK	Nacional	Negativo
Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/ Samarco	01/12/16	Jornal Rebate	goo.gl/tPTrsf	Nacional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

A primeira notícia, vinculada no site do G1²³, aborda o valor do repasse da Samarco para os municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. O referido valor seria destinado a 26 cidades mineiras e quatro do Espírito Santo. Segundo a portaria, os municípios e estados foram contemplados com o dinheiro para realização de ações contingenciais e sanitárias.

Já a notícia publicada no sítio do Jornal Metro BH²⁴ informa que, após um ano do rompimento da barragem a Fundação, a SOS Mata Atlântica constatou que em 14 pontos do rio Doce a qualidade da água está imprópria para uso e que em 13 pontos o rio segue sem vida. Ao todo foram, analisados pela Fundação 18 pontos do rio e, segundo a coordenadora da Rede das Águas Malu Ribeiro, após um ano do Evento não houve mudança, sendo essencial que estudos continuem sendo realizados por instituições de pesquisa.

23 goo.gl/rvNvJv

24 goo.gl/TQA1WK

3.5 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de São José do Goiabal é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo²⁵, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas²⁶ e a Onda Política²⁷ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs²⁸ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia²⁹, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

25 goo.gl/hBGDKp

26 goo.gl/BcEHVc

27 goo.gl/x1VYhC

28 Organização Não Governamental

29 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

Tabela 18 Síntese de referências - São José do Goiabal

Município de São José do Goiabal		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/uGkSiU	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/fBQ4kL	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental

Na tabela acima, é possível observar que o município de São José do Goiabal foi mencionado em somente uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS³⁰ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”³¹, de dezembro de 2015, as

30 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

31 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

informações sobre o Evento são mobilizadas para refletir a respeito da atividade mineradora no Brasil³².

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³³. No documento, observa-se que a menção a São José do Goiabal se limita a uma listagem³⁴. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento.

32 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41 Copy short U

33 goo.gl/Ry1Shs Copy short URL

34 Página 55.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

No âmbito da gestão institucional do turismo, considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o Plano Municipal de Turismo (PMT), o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do setor no município. Diante disso, verifica-se que o sistema de turismo em São José do Goiabal não está consolidado de acordo com as diretrizes nacionais do setor, ainda que o gestor público entrevistado tenha afirmado que este seja muito importante para o município.

Desse modo, nota-se que não estão consolidados os aparatos institucionais básicos para o desenvolvimento do turismo, tais como o COMTUR e FUMTUR, sinalizando, ainda, fragilidade em relação ao diálogo com a sociedade civil, o que significa dizer que as decisões relacionadas ao setor não são tomadas de forma participativa.

As potencialidades do município apresentadas no diagnóstico no setor de turismo são a Lagoa Luiz Carlos, a Cachoeira da Usina e o Túmulo do Padre Ermelindo. Estes são os principais pontos turísticos em São José do Goiabal, afirmando que a característica marcante do setor no município é o segmento religioso.

Já as principais fragilidades diagnosticadas são: cumprir com o convênio do Circuito Turístico Montanhas e Fé; falta de interesse político; a má relação entre o poder público e a iniciativa privada; e a ausência de dotação orçamentária própria do turismo. A população local é pouco sensibilizada e mobilizada para o setor, sendo a infraestrutura de equipamentos e receptivo no município (tais como hotéis, restaurantes e bancos) deficiente. Ademais, constatou-se haver baixa utilização dos atrativos turísticos existentes.

Diagnostica-se, portanto, que São José do Goiabal possui insuficiência em relação ao desenvolvimento do turismo, especialmente naquilo que se refere aos equipamentos turísticos, ao desenvolvimento institucional e à relação entre o empresariado e o poder público.

4.2 Cultura

Durante o levantamento de campo, o gestor público entrevistado afirmou que a cultura é muito importante para São José do Goiabal, pois “resgata as tradições do município e gera emprego para os moradores”, sendo, ainda, “uma forma de educar”.

São José do Goiabal apresenta, entre as suas potencialidades, seus atrativos naturais e culturais. Quanto às dificuldades enfrentadas pelo desenvolvimento do setor turístico no município, destaca-se a ausência de uma política pública estruturada. O município não implantou Sistema Municipal de Cultura e não aderiu ao SNC. No mesmo sentido, São José do Goiabal não possui Plano Municipal, Conselho de Cultura e legislação de incentivo ou Fundo.

Além disso, o município viu seu orçamento encolher no último ano e a perda de pontos no ICMS Patrimônio Cultural, o que vai reduzir os valores a serem repassados pelo governo do estado.

Durante a realização do DRP (2014), foram levantados os pontos fracos/dificuldades e os pontos fortes/potencialidades da cultura em São José do Goiabal. De acordo com tal documento, as principais fragilidades locais são:

- Necessidade de manutenção e adequação dos espaços físicos – estruturas e equipamentos;
- Falta de apoio permanente e patrocínio para os artistas e grupos culturais;
- Não implantação do Sistema Municipal de Cultura e seus elementos componentes;
- Falta de reconhecimento e valorização da cultura local;
- Perda das tradições locais;
- Ausência de uma casa de cultura;
- Os espaços existentes não têm estrutura adequada: banheiros públicos, som e iluminação;
- Necessidade de manutenção dos espaços.

Quanto aos pontos fortes citados à época, destacam-se:

- Existência de manifestações culturais, artistas e grupos locais;
- Tradição de patrocínio do comércio local para eventos, com recursos próprios.

Vale destacar a participação do município em diversas conferências de cultura, locais de diálogo democrático entre a sociedade civil e o poder público com foco na construção das políticas públicas de cultura. A adesão ao Sistema Nacional de Cultura e a implantação do Sistema Municipal, com todos os seus componentes, é fundamental para fortalecer a política cultural, fomentar a produção local e estimular novas iniciativas culturais em São José do Goiabal.

4.3 Esporte e Lazer

São José do Goiabal apresenta frágil estrutura de gestão da política voltada para o esporte e o lazer. Nesse sentido, verifica-se que o órgão incumbido de gerir a política de esporte e lazer acumula entre as suas funções a gestão de outras políticas setoriais.

Foram encontradas informações quanto à participação deste município em dois programas promovidos pela Secretaria de Estado de Esportes: Jogos Escolares de Minas Gerais e Lei Estadual de Incentivo ao Esporte. Entretanto, a instituição proponente do projeto aprovado neste programa desistiu da captação de recursos financeiros, que acabou por não ser executado.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que desempenha papel fundamental na organização e controle da gestão pública local, encontra-se inativo, impedindo, assim, a participação em programas que proporcionariam uma melhoria na arrecadação financeira municipal, tais como o ICMS Solidário – Critério Esportivo.

Além disso, a inexistência de Fundo Municipal de Esportes e de Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive as referidas práticas, embasam a fragilidade das políticas setoriais em questão.



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



Sendo assim, o levantamento de campo possibilitou identificar que a presença de alguns equipamentos que podem ser utilizados para atividades de esporte e lazer se constituem em uma potencialidade do município. Já a fragilidade central se concentra na ausência de uma gestão pública mais estruturada e em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais.

A reestruturação das prioridades da política municipal, a qualificação profissional dos agentes públicos e a ampliação dos investimentos em equipamentos, programas e projetos destinados à comunidade são medidas necessárias para o fomento às ações deste setor, proporcionando, assim, a elevação da qualidade de vida da população.



Avaliação de impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 19 Tabela 19.

Tabela 19 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

Lazer	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- **Efeito:** Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- **Origem:** Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- **Duração:** Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- **Abrangência:** Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- **Severidade:** É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 20 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação						Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação				
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
Impacto sobre atrativos turísticos											
Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
Impacto econômico no setor turístico											
Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
Impacto ambiental e na paisagem											
Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											

Impacto sobre Bens Imóveis												
Impacto sobre Bens Culturais Imateriais												
Impacto sobre Bens Móveis												
Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural												
Alteração de Costumes Locais												
Alteração na Agenda Cultural												
Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas												
Alteração do Calendário Esportivo												
Alteração de atividades de entidades esportivas												
Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas												
Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte												
Impacto sobre Espaços de Sociabilização												
Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer												

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 25 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 25 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 26, a seguir:

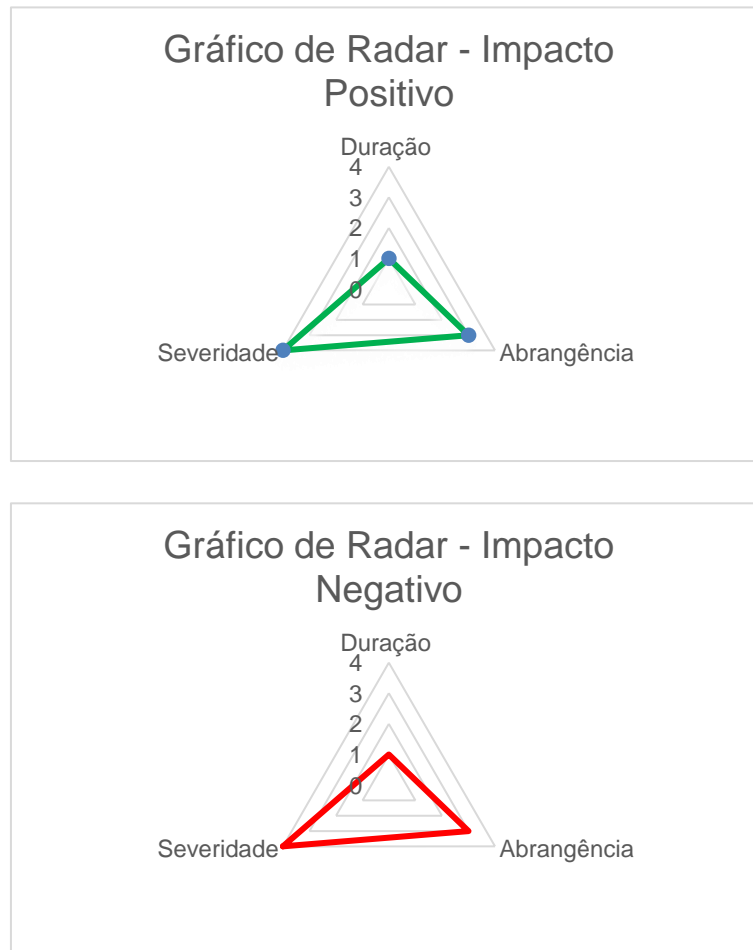


Figura 26 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 27 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

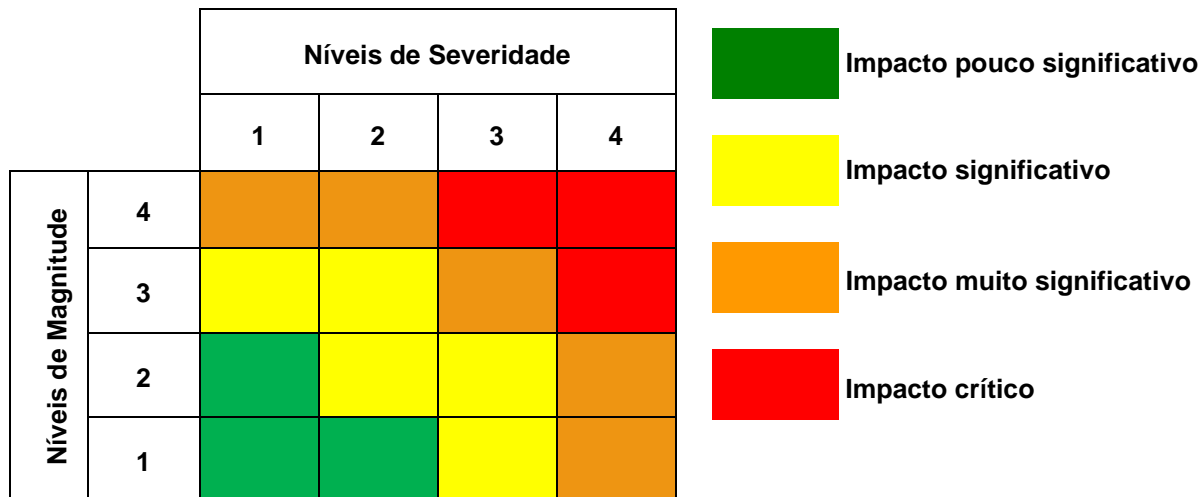


Figura 27 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.



- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:



- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
- b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
- c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.

Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;



- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;



- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;

- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);



- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

A avaliação dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão sobre o município de São José do Goiabal requer considerar a configuração do trajeto do rio Doce no território local. Nesse aspecto, observa-se que a sede municipal de São José do Goiabal dista aproximadamente 8 km (em linha reta) do rio Doce.

Todavia, em suas imediações existem 3 comunidades – Biboca, Messias Gomes e Firma Araújo, que dada a sua proximidade, se mostram mais sensíveis aos potenciais impactos do despejo da lama na calha do rio Doce e suas margens.

Considerada a configuração socioterritorial da relação do município com o Rio Doce, identificaram-se 4 impactos relativos aos temas do turismo, da cultura, e do esporte e lazer em São José do Goiabal.

5.2.1 Impacto na Imagem do Município

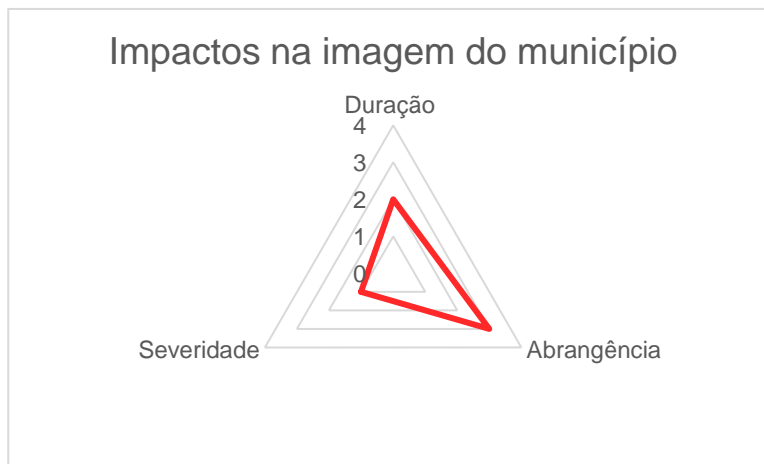
O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão em veículos de comunicação de alcance regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado também a ciência.

A presente seção objetiva analisar o impacto da produção acadêmica e jornalística na imagem do município de São Jose do Goiabal. Para tanto, foi elaborado um *clipping* de notícias e um recorte amostral de artigos científicos, conforme exposto na seção de Diagnóstico.

Conforme exposto na seção de diagnóstico, os resultados da pesquisa no google com as taxonomias definidas para São José do Goiabal geraram algumas matérias jornalísticas e um artigo acadêmico como resultado. Em tais matérias o nome do município aparece em listagens gerais, sem referências específicas a fatos ou situações que lhe digam respeito exclusivamente. As matérias mencionadas apresentam, em linhas gerais, abordagens marcadas pelo tom negativo do Evento de rompimento da barragem de Fundão, seja em relação aos seus fatores geradores ou às suas consequências. No âmbito da produção acadêmica, as referências a São José do Goiabal também aparecem somente na listagem dos municípios afetados pelo Evento.

Considerados os aspectos supramencionados avalia-se que o efeito da repercussão do Evento de rompimento da barragem de Fundão nas mídias e no meio acadêmico sobre a imagem do município é negativo e direto. Além disso, considera-se que ele é abrangência municipal (3), tendo em vista que não há repercursão significativa, de média duração (2), já que seus efeitos deverão ser sentidos por um período de até 5 anos, e de baixa severidade (1).

Gráfico 2 Impactos na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas as variáveis analisadas conclui-se que este impacto é significativo (2).

5.2.2 Impacto sobre Comunidade – Biboca, Messias Gomes e Firma Araújo

5.2.2.1 Biboca

Biboca, Messias Gomes e Firma Araújo são comunidades localizadas próximas às margens do Rio Doce. Considerando que os efeitos sobre as três comunidades foram bastante semelhantes, optou-se por apresentar estes impactos de maneira conjunta para todas elas.



Figura 28 Localização das comunidades de Biboca, Messias Gomes e Firma Araújo em relação ao rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

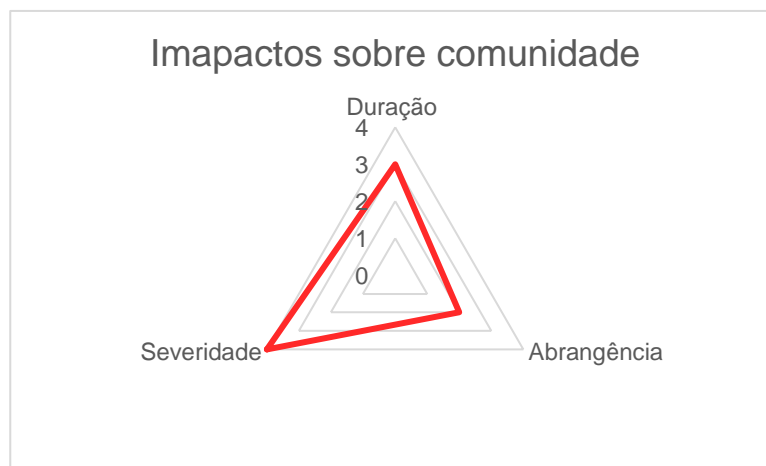
Embora nas Comunidades de Biboca, Messias Gomes e Firma Araújo não tenham havido quaisquer danificações nas estruturas e equipamentos, foram mencionadas algumas alterações no comportamento relativo ao lazer e aos costumes tradicionais por parte de seus moradores. Em razão da proximidade com o curso d'água, seus moradores costumavam utilizar e suas imediações em práticas de lazer, tais como banho, pesca e futebol. Além disso, o rio Doce se constituía em um atrativo para visitantes, sobretudo amigos e familiares.

Devido ao rompimento da barragem de Fundão e à conseqüente comprometimento da qualidade das águas do rio Doce, os moradores destes locais não puderam mais fazer uso do rio e suas praias para as atividades de banho e pesca. Além disso, houve diminuição no uso do campo de futebol, pois as pessoas que jogavam futebol e tomavam banho no rio, hoje não o fazem com tanta frequência.

Com efeito, estes locais deixaram, ainda, de ser atrativos turísticos, embora ele não fossem utilizados economicamente para este fim. Esses fatores associados representam um impacto cotidiano comunitário relativo ao lazer, bem como nos costumes, formas de sociabilidade e turismo.

Considerados os aspectos ora mencionados avalia-se que o impacto em tela é natureza negativa, diretamente relacionado ao rompimento da barragem de Fundão, de abrangência comunitária (2) e longa duração (3). A sua severidade é alta (4), uma vez que ocasionou significativas modificações em práticas sociais cotidianas.

Gráfico 3 Impactos sobre comunidade - Biboca



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

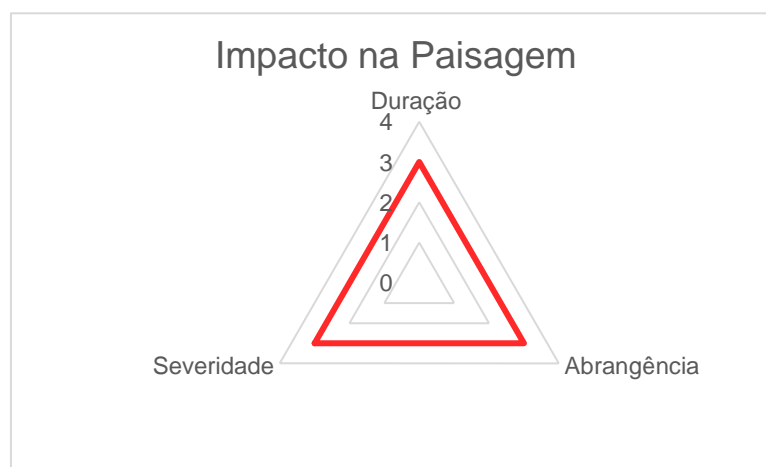
Face à abrangência e à severidade do impacto em tela, avalia-se o mesmo como muito significativo (3).

5.2.3 Impacto na Paisagem

O Evento gerou impacto na paisagem do município às margens do Rio Doce. De maneira geral, o rio Doce serve como importante ponto de referência para as comunidades locais, bem como regionalmente.

Em São José Goiabal, este impacto é considerado negativo, direto, de longa duração (3), considerando que a recuperação desta área deverá durar um período superior a cinco anos, e de abrangência municipal (3), uma vez que incide sobre todo seu território. A severidade do impacto foi considerada como média-alta (3), em função do fato de que, pelo menos, três comunidades foram fortemente impactadas no que diz respeito ao impacto na paisagem.

Gráfico 4 Impacto na paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Em função destas características, este impacto foi classificado como muito significativo (3).

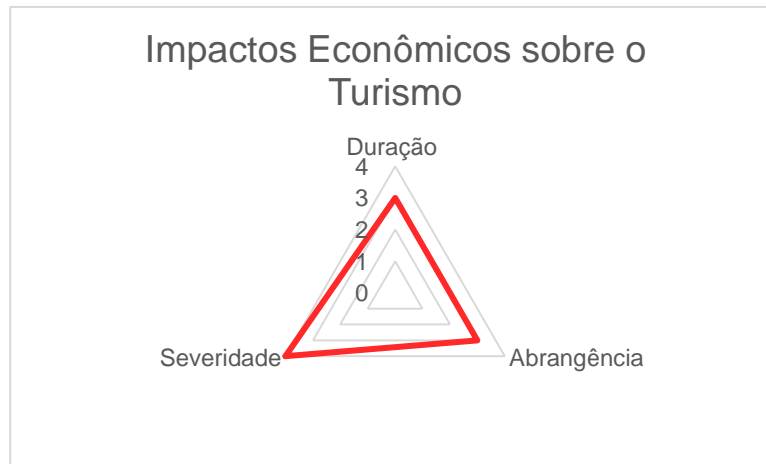
5.2.4 Impacto Econômico no Setor de Turismo

- Alimentos e bebidas

Embora, seja incipiente a estrutura de bens e serviços relacionados ao turismo em São José do Goiabal, no processo de atualização do inventário fez-se possível apurar que dos 10 estabelecimentos do setor de alimentos e bebidas inventariados, quatro afirmaram ter recebido algum tipo de impacto relacionado ao rompimento da barragem de Fundão. De modo geral, os relatos apontaram para a diminuição nas vendas, para dificuldades com o abastecimento e qualidade da água, além da perda de animais, diminuição na disponibilidade de peixes e perda do poder aquisitivo das pessoas que trabalhavam com a pesca e a agricultura. Em relação à receita de seus estabelecimentos os mesmos quatro proprietários afirmaram ter havido queda da de 50% a 65%, dependendo do estabelecimento. Por sua vez, um dentre os 11 proprietários de estabelecimentos inventariados afirmou ter havido aumento na arrecadação de aproximadamente 30%, sem contudo informar se tal aumento está associado ao Evento do rompimento da barragem de Fundão. Por fim, em relação ao número de empregos gerados no estabelecimento, um dos proprietários afirmou ter dispensado três funcionários em razão dos impactos citados anteriormente.

Face aos aspectos ora descritos avalia-se que os impactos econômicos sobre o setor do turismo são negativos, diretamente decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, de abrangência municipal (3), e longa duração (3). Avalia-se ainda a sua severidade como média-alta (3), considerando que houve elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Gráfico 5 Impacto econômico sobre o turismo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Face à abrangência e à severidade do impacto em tela, avalia-se o mesmo como muito significativo (3).

Tabela 21 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impacto na imagem do município	Divulgação de notícias e artigos científicos	IN	ID	2	3	1	2	Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
Impacto sobre comunidade	Biboca, Messias Gomes e Firma Araújo	IN	ID	3	2	4	3	Ações de Requalificação Ambiental Programa de Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade	1	1	1

								Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer			
Impacto na paisagem	Impacto visual	IN	ID	3	3	3	3	Ações de Requalificação Ambiental Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer	1	2	1
Impacto econômico no setor de turismo	Alimentos e bebidas	IN	ID	3	3	3	3	Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos e Referências



6 Créditos e Referências

Entrevistados no município

Tabela 22 - Listagem de participantes de reunião institucional em São José do Goiabal

Nome	Nome do órgão/setor
Meyre Aparecida Gandra Ribeiro	Chefe de Departamento Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
Laskara Soares Moraes	Chefe de Gabinete
Româncio	Morador da Zona rural - Biboca
Marizete	Morador da Zona rural - Biboca
Emerson Oliveira Rocha	Morador Zona rural - Firma Araújo
Raimundo Nazário	Morador Zona Rural - Messias Gomes

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 23 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenaçã o de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Nunes	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos



Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BRASIL Ministério da Cultura, Cadernos de orientação para os estados, 2012.
Disponível

em:<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148Guia-de-orienta%25C3%25A7%25C3%25B5es-para-os-Estados-SNC-Perguntas-e-Respostas-dezembro-de-2012.pdf/dde2db14-f3bb-4cc3-8812-328895390e64>. Acesso: 20/01/2017.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2017.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. SÃO JOSÉ DO GOIABAL. [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), VISITADO EM 10/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, Matriz de Hierarquização de iniciativas, 2016.

[HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF). VISITADO EM 8/12/16.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA.
ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL
EXERCÍCIO 2017.

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE
SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL SÃO JOSÉ DO GOIABAL IMRS.FJP.MG.GOV.BR. ACESSADO EM
27.11.2016.

MINAS GERAIS, Fiscalizando com o TCE, disponível em:
<http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>. Acesso em 20/12/2017.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE
CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016,
ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:
HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/. ACESSO EM: 13/01/2017.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE,
2016. DISPONÍVEL EM: <<HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/>> ACESSO EM: 26/11/2016

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IGBE, 2014.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ
DO GOIABAL.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA
DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS
TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009.
DISPONÍVEL EM: < <HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS> >. ACESSO EM: 23/11 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO.
2016.



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2017.

SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: [http:// www.saojosedogoiabal.mg.gov.br](http://www.saojosedogoiabal.mg.gov.br)

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.